



**PODER LEGISLATIVO - ITAÚNA DO SUL  
ESTADO DO PARANÁ**

Situado na Avenida Brasil, nº. 883  
CEP – 87980-000 – Centro – Itaúna do Sul – PR  
Fone: (44) 3436-1659

<http://www.itaunadosul.pr.leg.br> / CNPJ: 80.611.635/0001-64

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**Súmula:** Parecer ao Anteprojeto de Lei nº 033/2021, que “Fixa o valor para pagamento de Obrigações de Pequeno Valor (RPV), decorrentes de decisões judiciais, nos termos do Art. 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal”.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se do Anteprojeto de Lei nº 033/2021, que “Fixa o valor para pagamento de Obrigações de Pequeno Valor (RPV), decorrentes de decisões judiciais, nos termos do Art. 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal”. Encontra-se acompanhado de Exposição de motivos e do ofício nº 105/2021.

De autoria do Chefe do Executivo Municipal de Itaúna do Sul, a matéria é oportuna e merece ser discutida por esta Comissão.

O parecer jurídico foi favorável ao presente anteprojeto.

Passo à análise.

**II- ANÁLISE**

De acordo com a Lei Orgânica do Município, artigo 46, inciso IV, o Chefe do Executivo é autorizado por lei a propor a matéria para votação e discussão.

Sendo assim, não há vício de iniciativa, uma vez que o projeto de lei é proposto pelo Chefe do Executivo, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal por ser de interesse local.

Sobre o mérito da matéria, trata-se de algo oportuno, uma vez que busca estabelecer o valor das obrigações oriundas de determinação judicial, quando o Município for vencido nas ações judiciais, isso passou a ser aceito, como descrito pela Exposição de Motivos do Senhor Prefeito, após a Emenda Constitucional nº 62/2009, que deu nova redação aos parágrafos 3º e 4º do artigo 100 da Constituição Federal, oportunizando as Fazendas Públicas Estaduais e Municipais a ficarem autorizadas a fixar, através de lei, os valores para pagamento

SP

WPTP

*[Assinatura]*



**PODER LEGISLATIVO - ITAÚNA DO SUL  
ESTADO DO PARANÁ**

Situado na Avenida Brasil, nº. 883  
CEP – 87980-000 – Centro – Itaúna do Sul – PR  
Fone: (44) 3436-1659

<http://www.itaunadosul.pr.leg.br> / CNPJ: 80.611.635/0001-64

das Requisições de Pequeno Valor, segundo as diferentes capacidades econômicas, condicionando o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.

O Supremo Tribunal Federal já decidiu que os valores fixados junto ao art. 87 da ADCT - **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**, somente são aplicados enquanto não sobrevier lei específica, *vide* AI 761.701-ED, rel. min. Dias Toffoli, julgamento em 15-10-2013, Primeira Turma, DJE de 27-11-2013.

Observa-se que a presente proposição trará benefícios para a administração pública, pois baixando o valor do RPV – Requisição de Pequeno Valor proporcionará mais tempo para que a administração pública possa organizar o orçamento público para efetivar os pagamentos das obrigações judiciais, já que os valores que ultrapassarem o teto do maior benefício previdenciário serão pagos mediante requisição de Precatório, ou seja, após estarem previstos nas leis orçamentárias municipais.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei reveste-se de boa técnica, linguagem e forma, para adentrar ao ordenamento jurídico municipal.

Assim, não existe razão legal para impedir a sua aprovação, sendo sua técnica legislativa perfeita, nos termos da Lei Orgânica do Municipal.

### **III – VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o projeto reveste-se de disciplina legal, jurídica e boa técnica legislativa. Por este motivo, **voto pelo acolhimento da proposição.**

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2021.

  
**Vereador LUCIANO DOS SANTOS**

*Relator*





**PODER LEGISLATIVO - ITAÚNA DO SUL  
ESTADO DO PARANÁ**

Situado na Avenida Brasil, nº. 883  
CEP – 87980-000 – Centro – Itaúna do Sul – PR  
Fone: (44) 3436-1659

<http://www.itaunadosul.pr.leg.br> / CNPJ: 80.611.635/0001-64

#### **IV – VOTO DA COMISSÃO**

Reunida a Comissão, presentes o Senhor Presidente em exercício da Comissão, Silvio de Mazzi dos Santos, o Senhor Relator Luciano dos Santos e o Senhor Membro, Valdeir Aparecido Laureano, votaram da seguinte forma: ( ) votos favoravelmente pelo parecer do relator, ( ) voto(s) contrário(s) ao parecer.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2021.

**Vereador SILVIO DE MAZZI DOS SANTOS**

*Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final*

**Vereador LUCIANO DOS SANTOS**

*Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final*

**Vereador VALDEIR APARECIDO LAUREANO**

*Membro da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final*